



Município da Praia da Vitória
PROTEÇÃO CIVIL



**PLANO MUNICIPAL DE
EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL
DA PRAIA DA VITÓRIA**

**CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA DA VITÓRIA
SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL DA PRAIA DA VITÓRIA**

JUNHO DE 2023

ÍNDICE

Lista de Acrónimos	3
Referências Legislativas	5
Registos de Atualizações	7
Registos e Programa de Exercícios	8
Registos e Ativação do Plano	9
Parte I – Enquadramento	10
1 – Introdução	11
2 – Finalidade e Objetivos	13
3 – Tipificação dos Riscos	15
4 – Critérios para a Ativação	18
Parte II – Execução.....	20
1 – Estruturas.....	21
1.1 – Estrutura da Proteção Civil Municipal	22
1.1.1 – Direção de Política.....	22
1.1.2 – Coordenação Política e Institucional.....	23
1.1.3 – Órgãos de Execução	25
1.2 – Estrutura das Operações Municipais	27
1.2.1 – Comandante de Operações de Socorro	27
1.2.2 – Posto de Comando Operacional.....	27
2 – Responsabilidades	31
2.1 – Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	31
2.2 – Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	33
2.3 – Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	37
3 – Organização	44
3.1 – Infraestruturas de Relevância Operacional	44
3.1.1 – Vias de Comunicação.....	44
3.1.2 – Infraestruturas Portuárias e Aeroportuárias	46
3.1.3 – Telecomunicações.....	48
3.1.4 – Rede de Abastecimento de Água	50
3.1.5 – Rede de Distribuição de Energia	51
3.1.6 – Combustíveis	52
3.1.7 – Agentes de Proteção Civil.....	55
3.2 – Zonas de Intervenção	56
3.3 – Mobilização e Coordenação de Meios	59
3.4 – Notificação Operacional	60
4 – Áreas de Intervenção	63
4.1 – Gestão Administrativa e Financeira	63
4.2 – Reconhecimento e Avaliação.....	65
4.2.1 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação.....	65
4.2.2 – Equipas de Avaliação Técnica.....	66
4.3 – Logística.....	67
4.3.1 – Apoio Logístico às Forças de Intervenção	67



4.3.2 – Apoio Logístico às Populações	68
4.4 – Comunicações	70
4.5 – Informação Pública	72
4.6 – Confinamento e/ou Evacuação	74
4.7 – Manutenção da Ordem Pública	76
4.8 – Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	78
4.8.1 – Apoio Psicológico	79
4.9 – Socorro e Salvamento	80
4.10 – Serviços Mortuários	82
Parte III – Inventários, Modelos e Listagens	85
1 – Inventário de Meios e Recursos	86
2 – Lista de Contactos	274
3 – Modelos	280
3.1 – Modelos de Relatórios	280
3.2 – Modelos de Requisições	296
3.3 – Modelos de Avisos e Comunicados	296
3.3.1 – Modelo de Aviso à População	297
3.3.2 – Modelo de Comunicado à População	297
3.3.3 – Modelo de Declaração da Situação de Alerta de Âmbito Municipal	298
3.3.4 – Modelo de Ativação do Plano	299
4 – Lista de Distribuição	300
Ficha Técnica	301
Anexo I – Cartografia de Suporte às Operações	302
Anexo II – Medidas Implementadas e a Implementar	304
Anexo III – Check-List de Procedimentos	308

PARTE III

INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS



3 – MODELOS

3.1 – Modelos de Relatórios

Os relatórios destinam-se a permitir a obtenção da informação, resultante da ocorrência, necessária à avaliação da situação, ao planeamento e à conduta das operações de proteção e socorro. Estes compreendem:

- **Relatórios Imediatos de Situação (RELIS)** – Englobam os dados fundamentais à avaliação da situação pela estrutura de comando e têm origem na Área de Intervenção Reconhecimento e Avaliação. Os relatórios são enviados ao PCO, podendo ser transmitidos verbalmente ou através da rede de comunicações implementada no TO. O PCO trata a informação e posteriormente a faz chegar ao COS;
- **Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER ou RELESP)** – Têm origem no PCO e destinam-se às estruturas de coordenação, isto é à CMPCPV. Em regra são apresentados por escrito, sendo a periodicidade progressivamente alargada com o decorrer da evolução da situação. Os RELESP distinguem-se dos RELGER por se destinarem a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação;
- **Relatórios Diários de Situação (REDIS)** – O relatório que resume o resultado das operações e o ponto de situação do dia são emitidos pelo PCO e enviados à CMPCPV, que dará conhecimento ao SRPCBA. Estes relatórios são enviados diariamente, pelo modo de transmissão mais expedito para o efeito;
- **Relatórios Finais** – É elaborada pela CMPCPV (com a colaboração do PCO) e inclui uma descrição da situação ocorrida e das principais medidas adotadas. Constan também deste relatório as principais lições aprendidas, incluindo os contributos para futuras revisões do Plano.



Modelo de Relatório Imediato de Situação (RELIS)
 (Envio depois do Reconhecimento da Avaliação das ERAS ou EAT)

Freguesia: _____
 REL N.º _____ / _____
 Data: _____ Hora: _____

1. Ocorrência

Natureza	
Localização	
Área Afetada	

2. Danos Pessoais

Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Ligeiros	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

3. Danos no Edificado/Infraestruturados

Tipo	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartel de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

4. Danos em Vias de Comunicação

Vias/ Meios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Pontes/Viadutos			
Aeroporto			
Porto/Marina			
Outras: _____			

5. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Electricidade			
Água			



Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outras: _____			

7. Outras Informações	
População em Perigo / Isoladas	
Habitacões em Perigo	
Focos de Incêndio	
Movimentacão de Populações	
Animais Isolados	

8. Necessidades	
Meios Aéreos (Especificar)	
Meios Terrestres (Especificar)	
Telecomunicações (Especificar)	
Logística (Especificar)	
Outras (como Assistência Médica; Evacuacão Médica; Posto de Triagem; Posto Médico Avançado ou Outra Estrutura; Alimentacão e Água; Abrigos ou Alojamento; Vestuário; Equipamentos Especiais, etc.)	

O Chefe da Equipa



Modelo de Relatório de Situação Geral (RELGER)
(Ponto de Situação da Emergência – Envio Regular)

Freguesia: _____
 REL N.º _____ / _____
 Data: _____ Hora: _____

1. Ocorrência

Natureza	
Localização	
Área Afetada	
Freguesia	

2. Descrição Sumária da Situação de Emergência

--

3. Danos Pessoais

Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Ligeiros	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

4. Danos no Edificado/Infraestruturas

Tipo	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartel de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

5. Danos em Vias de Comunicação

Vias / Meios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Pontes/Viadutos			
Aeroporto			
Porto/Marina			
Outras: _____			



Outras: _____					
6. Danos em Transportes					
Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais		
Rodoviários					
Aeronaves					
Veículos Particulares					
Embarcações					
Outros: _____					
Outros: _____					
Outros: _____					
7. Danos em Infraestruturas Básicas					
Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais		
Gás					
Eletricidade					
Água					
Saneamento					
Telefónica Fixa					
Telefónica Móvel					
Teledifusão					
Radiodifusão					
Internet					
Satélite					
Outras: _____					
Outras: _____					
8. Situação Operacional					
Bombeiros	Homens		Polícia Marítima	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
PSP	Homens		Unidade de Saúde da Ilha	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Outros: _____			Homens	
GNR	Homens		Outros: _____	Veículos	
	Veículos			Outros: _____	
				Homens	
Base Aérea N.º 4	Homens		Outros: _____	Veículos	
	Veículos			Outros: _____	
				Homens	
Capitania do Porto	Homens		Observações	Veículos	
	Veículos			Outros: _____	
	Embarcações				
9. Organização do Teatro de Operações (TO)					
Localização do PCO					
Localização de ZCR`s					
Localização de ZCAP`s					
Localização de ZRnM`s					
N.º de Setores e Localização					
Id. Cmdts. Setores					
10. Comissão Municipal de Proteção Civil da Praia da Vitória (CMPCPV) Reunida					
Municipal	Data-Hora Convocação	Data-Hora Início 1.ª Reunião	Entidades Participantes	Medidas Tomadas	



11. Declaração da Situação de Alerta e/ou Contigência

Freguesia(s)	
Entidade Responsável	
Data-Hora Início	
Data-Hora Fim	
Descrição da Situação	

12. Planos de Emergência de Proteção Civil Ativado

Municipal	Data-Hora Ativação	Data-Hora Desativação

13. Outras Informações

Habitacões em Perigo	
Povoações em Perigo e/ou Isoladas	
Resumo das Ocorrências	
Outras: _____	

14. Necessidades

Meios Aéreos (Especificar)	
Meios Terrestres (Especificar)	
Telecomunicações (Especificar)	
Logística (Especificar)	
Outras (como Assistência Médica; Evacuação Médica; Posto de Triagem; Posto Médico Avançado ou Outra Estrutura; Alimentação e Água; Abrigos ou Alojamento; Vestuário; Equipamentos Especiais, etc.)	

O Responsável pelo Posto de Comando



**Modelo de Relatório Diário de Situação (REDIS)
 (Ponto de Situação da Emergência)**

PCO: _____
 REL N.º _____ / _____
 Data: _____ Hora: _____

1. Ocorrência

Natureza	
Localização	
Área Afetada	
Freguesia	

2. Descrição Sumária da Situação de Emergência

--

3. Danos Estimados

3.1 Pessoas

	N.º		N.º
Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Ligeiros	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

Anexo A: Lista Identificativa de Pessoas Envolvidas

3.2 Edificado/Infraestruturas

Tipo	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades de Saúde			
Instalações Policiais			
Instalações Militares			
Quartel de Bombeiros			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas/Locais de Culto			
Lares/Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			
Outros: _____			
Outros: _____			

Anexo B: Lista de Edifícios Afetados

3.3 Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Pontes/Viadutos			
Aeroporto			
Porto/Marina			
Outras: _____			
Outras: _____			

Anexo C: Lista de Vias de Comunicação Afetadas



3.4 Transportes / Maquinaria

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Maquinaria			
Outros:			
Outros:			

Anexo D: Lista dos Transportes / Maquinaria Afetados

3.5 Infraestruturas Básicas

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outras:			
Outras:			

Anexo E: lista de Redes Afetadas

3.6 Abastecimento (Alimentação, Combustíveis, Vestuário, Etc.)

3.7 Ambiente (Acidentes de Poluição, Derrames, Contaminação, Etc.)

3.8 Saúde Pública

3.8.1 Hospital / Centro de Saúde

Hospital / Centro de S.	Atendidos e com Altas Médicas	Internados	Transferidos

3.8.2 Posto de Triagem / Posto Médico Avançado ou Outra Estrutura

Estrutura / Local	Atendidos e com Altas Médicas	Internados	Transferidos

3.8.3 Ambulâncias

Entidades	Medicalizáveis	Socorro	Transporte



3.8.4 Evacuação Médica Especial			
Entidades	Helicóptero	Avião	Outros

4. Informação Meteorológica		
Dados	Observada	Prevista
Vento (Direção/Velocidade)		
Temperatura		
Humidade Relativa		
Precipitação		

5. Meios Envolvidos nas Operações em Curso					
Entidades	Pessoal	Veículos	Meios Aéreos	Outro Material	PCO (Nome/Função)

6. Ocorrências Especiais com os Meios de Socorro
6.1 Agentes de Proteção Civil
6.2 Entidades e Organismos de Apoio

7. Rede de Comunicações
7.1 Proteção Civil
7.2 Bombeiros
7.2 Outros Agentes de Proteção Civil
7.3 Outras Entidades e Organismos de Apoio

8. Comissão Municipal de Proteção Civil da Praia da Vitória (CMPCPV) Reunida				
Municipal	Data-Hora Convocação	Data-Hora Início 1. ^a Reunião	Entidades Participantes	Medidas Tomadas



9. Declaração da Situação de Alerta / Contingência / Calamidade Ou Calamidade Pública Regional

Freguesia	
Entidade Responsável	
Data-Hora Início	
Data-Hora Fim	
Descrição da Situação	

Multiplicar esta tabela pelo número de vezes necessárias

10. Planos de Emergência de Proteção Civil Ativados

Municipal	Data-Hora Ativação	Data-Hora Desativação

11. Comunicação Social

Divulgação de Notícias da Situação de Emergência:

Colaboração nas Ações de Informação Pública:

12. Custo Estimado das Operações de Socorro

Designação	Custo (€ 1.000)
Pessoal	
Artigos Consumidos	
Combustível e Lubrificantes	
Grandes Reparações	
Telecomunicações	
Outros Encargos Operacionais	

13. Observações

Avaliação	Observações
Comunicações	
Gestão da Informação Operacional	
Sistema de Aviso e Alerta	
Sistema de Proteção Civil	
Ativação da CMPCPV	
Ativação dos Planos de Emer. de P. Civil	
Estrutura Organizacional de Operações	
Informação Pública	
Necessidade de Programas de Reparação	
Aspetos Particulares Relevantes	
Outros	

Outros Comentários:



14. Anexos (Relacionar os Anexos Incluídos)

Data	Hora	Responsável pelo PCO

Visto



Modelo de Relatório Final da Emergência

1. Localização

Concelho	
Freguesia	
Localidade / Lugar	

2. Ocorrência

Tipo / Natureza da Ocorrência		
Alerta	Data-Hora	
	Fonte	

Breve Descrição / Desenvolvimento da Ocorrência

--	--

Causa	Observações
Ventos Fortes	
Cheias e/ou Inundações	
Inundações e Galgamentos Costeiros	
Tsunamis	
Movimentos de Vertente	
Acidentes Rodoviários	
Acidentes Marítimos	
Acidentes Aéreos	
Acidentes em Infraestruturas Fixas de Transporte de Produtos Perigosos	
Incêndios Urbanos	
Incêndios em Centros Históricos	
Colapso de Pontes, Viadutos e Infraestruturas	
Outra: _____	

3. Meios Intervinentes nas Operações

Entidade	N.º de Operacionais	N.º de Veículos	Outros Meios

4. Eficácia dos Meios de Resposta

Entidade	Eficácia					Observações
	Mt. Boa	Boa	Satisfatória	Pouco Satis.	Nada Satis.	



5. Posto de Comando		
Localização do PCO		
Apoio Técnico no PCO	Entidade	Nome
Responsável pelo PCO	Nome	Data-Hora

6. Danos Humanos							
População		Feridos		Mortos	Evacuados	Desalojados	Desaparecidos
		Ligeiro	Grave				
Feminino	Crianças (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idosos (> 65 anos)						
Masculino	Crianças (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idosos (> 65 anos)						
TOTAL							

7. Danos em Animais			
Espécie	Mortos	Feridos	Observações
TOTAL			

8. Danos em Edifícios						
Tipo	Destruídos		Danos Graves		Danos Ligeiros	
	N.º	Causas	N.º	Causas	N.º	Causas
Habitacões						
Escolas						
Unidades Hoteleiras						
Unidades de Saúde						
Instalações Policiais						
Instalações Militares						
Quartel de Bombeiros						
Monumentos						
Mercados / Supermercados						
Igrejas/Locais de Culto						



Lares/Infantários					
Unidades Industriais					
Edifícios Públicos					
Outros: _____					
Outros: _____					
Outros: _____					
TOTAL					

9. Danos em Vias de Comunicação

Tipo de Via	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Via Rápida				
Via Regional				
Via Municipal				
Via Militar				
Caminho Florestal				
Caminho Agrícola				
Pontes				
Viadutos				
Muros de Suporte				
Outros: _____				

10. Danos em Veículos

Tipo de Veículo	Destruídos	Danificados	Observações
Pesado de Mercadorias			
Pesado de Passageiros			
Ligeiro de Mercadorias			
Ligeiros de Passageiros			
Motociclos			
Outros: _____			
TOTAL			

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição

Tipo de Rede	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de Água				
Rede de Saneamento				
Rede Elétrica				
Rede de Gás				
Rede de Distribuição de Combustíveis				
Outros: _____				
Outros: _____				

12. Danos em Infraestruturas da Rede de Comunicações

Tipo de Rede	Destruídas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Serviço de Telefone Fixo				
Serviço de Telefone Móvel				
Serviço de Telefax				



Serviço Móvel de Satélite				
Serviço Móvel Marítimo				
RITERAA				
SIRESP				
Rede Rádio da Força Aérea Portuguesa				
Radioamadores				
Internet				
Outras: _____				

13. Danos Ambientais

Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, n.º)	Local	Observações
Rede Hídrica			
Espaços Naturais			
Fauna			
Flora			
Outras: _____			

14. Assistência Fornecida à População

Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Assistência Médica				
Evacuação Médica				
Centro de Saúde				
Hospital				
Posto de Triagem				
Posto Médico Avançado ou Outra Estrutura				
Alimentação/Água				
Abrigos				
Alojamento				
Vestuário e Agasalhos				
Apoio Psicológico				
Apoio Social				
Outros: _____				

15. Realojamento

Local de Realojamento	N.º	Local de Realojamento	N.º
TOTAL		TOTAL	

16. Apreciação Global das Operações e da Organização

Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos
Coordenação Institucional (CMPCPV)			
Comando Operacional (POC)			
Articulação entre			



Agentes e Entidades			
Integração de Grupos de Reforço e Assistência			
Comunicações			
Logística			
Gestão da Informação			
Evacuações			
Ordem Pública			
Outros: _____			

17. Ações de Reabilitação

Realizadas (Breve Descrição)

Previstas (Breve Descrição)

18. Estimativa de Custos

Danos	Custo (€)
TOTAL	

19. Comentários Finais

Nota: Sempre que possível deverão ser anexadas fotografias comprovativas dos danos provocados.

20. Responsável pela Elaboração do Relatório

Hora e Data	O Responsável
	_____ (Assinatura)



3.2 – Modelos de Requisições

Requisição Nº _____ Data: ___ / ___ / ___					
Quantidade	Artigos / Meios	Entidade Fornecedora	Entidade Solicitadora	Obs./Finalidade	Assinatura do Responsável que Rececionou os Meios

O Responsável pela Requisição _____ Presidente da CMPV _____

3.3 – Modelos de Avisos e Comunicados

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios adequados à situação de emergência, como o portal oficial da CMPV, entre outros. No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações, de modo a evitar o pânico entre as mesmas.



3.3.1 – Modelo de Aviso à População

AVISO N.º _____ DIA/MÊS/ANO HORA:MIN
OCORRÊNCIA Tipo/Natureza da Ocorrência; Data/Hora da Ocorrência; Área/Local/Zona de Ocorrência; Condições de Ocorrência (Magnitude, Radioatividade, Etc.); Meios de Acompanhamento da Ocorrência.
EFEITOS EXPECTÁVEIS
MEDIDAS PREVENTIVAS

3.3.2 – Modelo de Comunicado à População

COMUNICADO N.º _____ DIA/MÊS/ANO HORA:MIN	
<p>Informa-se que se verificou a _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), em _____ (indicar o local da ocorrência), uma _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais). Foram destacados para o local/encontram-se no local _____ (indicar os agentes de proteção civil/organismos e entidades de apoio intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados), estando interditas as seguintes vias _____ (locais de acesso interdito ou restrito). Informa-se ainda que as Zonas de Concentração e Apoio à População localizam-se em _____ (indicar o(s) local(s)).</p> <p>Recomenda-se à população especial atenção às medidas de autoproteção/regras de evacuação/confinamento, _____ (indicar de acordo com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competentes, mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.</p> <p style="text-align: right;"><i>Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória</i></p>	
<table border="1"><tr><td>Previsão do próximo comunicado: Data: ___ / ___ / ___ Hora: ___ horas ___ min</td></tr></table>	Previsão do próximo comunicado: Data: ___ / ___ / ___ Hora: ___ horas ___ min
Previsão do próximo comunicado: Data: ___ / ___ / ___ Hora: ___ horas ___ min	

3.3.3 – Modelo de Declaração da Situação de Alerta de Âmbito Municipal

DECLARAÇÃO DA SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL

1. Natureza do Evento

Na sequência _____ (acidente grave ou catástrofe) registado
_____ (referência espaço-temporal) que originou _____
(indicar as consequências) é declarada situação de alerta, pelo Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, nos termos do disposto no art. 13.º da Lei n.º 27/2006, 3 de julho (Lei de Bases da Proteção Civil) e republicado pela Lei n.º 80/2015, 3 de agosto.

2. Âmbito Territorial e Temporal

A presente declaração, que abrange uma área de aproximadamente _____ (dimensão da área – ha/km²) da cidade, correspondente _____ (indicar a freguesia ou as freguesias abrangidas), produz efeitos imediatos e mantém-se válida por um período estimado de _____ (indicar n.º de dias) dias, a contar da data de assinatura, sem prejuízo de prorrogação caso a situação o justifique.

3. Acionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil

Para os efeitos do disposto no art. 14.º do diploma anteriormente referido, ___ (é / foi – escolher a opção correta) convocada uma reunião extraordinária da Comissão Municipal de Proteção Civil da Praia da Vitória (CMPCPV), no sentido de assegurar a coordenação política e institucional das ações a desenvolver, bem como avaliar a necessidade de ativação do _____ (Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Praia da Vitória / Plano de Emergência Externo do Terminal de Combustíveis da Praia da Vitória – escolher).

4. Estruturas de Coordenação e Controlo dos Meios e Recursos

No decurso da presente Situação de Alerta, a estrutura de coordenação e controlo será assegurada pela CMPCPV, recorrendo aos meios disponíveis e previstos no Plano.

No teatro de operações, o comando é assumido pelo Comandante das Operações de Socorro (COS), o qual se articulará com a CMPCPV através dos mecanismos definidos no Plano.

A coordenação técnica e operacional dos serviços e agente de proteção civil, bem como dos meios e recursos a utilizar obedecerá aos procedimentos definidos no Plano, documento onde também se estabelecem as orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança.

5. Medidas Preventivas a Adotar

Sem prejuízo do disposto no Plano, adotam-se, ainda, as seguintes medidas (especificar):

6. Obrigação Especial de Colaboração

Conforme o disposto no n.º 1 do art. 11 da Lei supramencionada, "(...) todos os cidadãos e demais entidades privadas estão obrigados, na área abrangida, a prestar às autoridades de proteção civil a colaboração pessoal que lhes for requerida, respeitando as ordens e orientações que lhes forem dirigidas e correspondendo às respetivas solicitações. (...)".

De acordo com o n.º 2 do art. 15.º do mesmo diploma, os meios de comunicação social, em particular as rádios e as televisões, encontram-se sujeitos ao dever especial de colaboração com a estrutura de coordenação, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação.

7. Publicação

A presente declaração, bem como a sua prorrogação, alteração e revogação, é publicada por Edital a afixar nos lugares de estilo, assegurando-se, igualmente, a sua divulgação pública no portal da internet do município (www.cmpv.pt).

Praia da Vitória, ____ de _____ de ____

Presidente da Câmara Municipal

3.3.4 – Modelo de Ativação do Plano

AVISO

ATIVAÇÃO DO _____

(PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DA PRAIA DA VITÓRIA / PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO DO TERMINAL DE COMBUSTÍVEIS DA PRAIA DA VITÓRIA – INDICAR)

_____, Presidente da Câmara Municipal, torna público a ativação do Plano _____ *(Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Praia da Vitória / Plano de Emergência Externo do Terminal de Combustíveis da Praia da Vitória – indicar)*.

Considerando que a situação presente implica a adoção de medidas especiais, nos termos previstos no _____ *(Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Praia da Vitória / Plano de Emergência Externo do Terminal de Combustíveis da Praia da Vitória – indicar)*, ficam acionados os agentes de proteção civil na área do município necessários aos trabalhos para a resolução das ocorrências, sem prejuízo das decisões tomadas pelo Comandante das Operações de Socorro. Ficam, ainda, acionadas todas as entidades e pessoas com especial dever de colaboração nos termos do mesmo Plano.

Praia da Vitória, ____ de _____ de ____

Presidente da Câmara Municipal

4 – LISTA DE DISTRIBUIÇÃO

- Aerogare Civil das Lajes
- Associação de Radioamadores da Praia da Vitória
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Praia da Vitória
- Autoridade Marítima Nacional
- Câmara Municipal da Praia da Vitória
- Cáritas
- Centro de Saúde da Praia da Vitória
- Comando Operacional dos Açores
- Corpo Nacional de Escutas
- Correios de Portugal, S.A.
- Delegação de Saúde da Praia da Vitória
- Direção Regional da Habitação
- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade
- Electricidade dos Açores, SA
- Empresa Municipal de gestão e valorização ambiental da ilha da Terceira, E.M.
- Empresas de Segurança Privada
- Estruturas Criadas nas Freguesias
- Guarda Nacional Republicana
- Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.
- Instituto da Segurança Social/ Núcleo da Ação Social da Praia da Vitória
- Junta de Freguesia da Aqualva
- Junta de Freguesia da Fonte Bastardo
- Junta de Freguesia da Vila Nova
- Junta de Freguesia das Fontinhas
- Junta de Freguesia das Lajes
- Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras
- Junta de Freguesia de Santa Cruz
- Junta de Freguesia de São Brás
- Junta de Freguesia do Cabo da Praia
- Junta de Freguesia do Porto Martins
- Junta de Freguesia dos Biscoitos
- MEO
- Ministério Público
- NOS
- Órgãos de Comunicação Social Local (Rádio, Televisão, Imprensa)
- Polícia de Segurança Pública
- Portos dos Açores, S.A.
- Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória
- Secretaria Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas
- Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores
- Terminal de Combustíveis da Praia da Vitória
- Unidade de Saúde da Ilha Terceira
- Unidade Local de Proteção Civil dos Biscoitos
- Vodafone



FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO:

Câmara Municipal da Praia da Vitória
Serviço Municipal de Proteção Civil da Praia da Vitória

DIREÇÃO:

Vânia Ferreira
Ricky Baptista

COORDENAÇÃO GERAL:

Arlindo Brito

REVISÃO E PRODUÇÃO CARTOGRÁFICA:

Mónica Ourique

ANEXO I

CARTOGRAFIA DE SUPORTE ÀS OPERAÇÕES





CARTOGRAFIA DE SUPORTE ÀS OPERAÇÕES

1 – Elementos Expostos à Ocorrência de Perigos
2 – Suscetibilidade à Ocorrência do Perigo de Cheias Rápidas e Inundações
3 – Risco de Cheias Rápidas e Inundações
4 – Suscetibilidade à Ocorrência do Perigo Sísmico
5 – Risco Sísmico
6 – Suscetibilidade à Ocorrência do Perigo de Erupção Vulcânica com Escoda Lávica
7 – Risco de Erupção Vulcânica com Escoda Lávica
8 – Suscetibilidade à Ocorrência do Perigo de Tsunami
9 – Risco de Tsunami
10 – Suscetibilidade à Ocorrência do Perigo de Movimentos de Vertente
11 – Risco de Movimentos de Vertente
12 – Suscetibilidade à Ocorrência do Perigo de Erosão Costeira
13 – Risco de Erosão Costeira

NOTA: A fim de possibilitar a impressão da cartografia à escala real e com melhor qualidade encontra-se no presente anexo uma pasta digital com os respetivos ficheiros.

ANEXO II

MEDIDAS IMPLEMENTADAS E A IMPLEMENTAR



1 – MEDIDAS DE PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PROTEÇÃO E AUTOPROTEÇÃO

As medidas de mitigação a definir devem ser abrangentes face aos riscos identificados, esforçando-se por alcançar objetivos múltiplos e definindo horizontes de tempo a longo prazo.

Mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo face às situações presentes, devendo esta compreender os mecanismos de resposta já implementados.

Todas as ações de mitigação dos riscos, se sustentadas, tendem para a redução das vulnerabilidades presentes, detendo por isso o potencial de produzir benefícios repetidos ao longo do tempo, precavendo os impactos de futuras catástrofes. Permite, ainda, aumentar a capacidade de resiliência da população, bem como a capacidade resposta operacional e minimizar os efeitos da ocorrência de um acidente grave ou catástrofe.

As medidas de mitigação devem por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe podendo ser estruturais ou não estruturais.

Neste sentido e de modo a alcançarem-se estes objetivos identifica-se nos pontos que se seguem:

- Estratégias de carácter geral a serem implementadas por APC e/ou OEA;
- Estratégias específicas no âmbito dos riscos naturais, tecnológicos e mistos considerados no presente Plano.

1.1 – Estratégias Gerais e Estratégias Específicas

No âmbito da mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, importa ter em conta as estratégias de carácter geral:

- As que decorrem da Lei de Bases de Proteção Civil, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, considerando que os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar, de modo a minimizar os efeitos do acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;
- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade, bem como à manutenção do inventário atualizado de



meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;

- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- A promoção da realização de exercícios nos diferentes níveis e auxiliar na definição das áreas de intervenção a avaliar;
- A maximização da eficiência das ações de socorro, promovendo a realização de instrumentos concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis);
- A aquisição de equipamentos de apoio à emergência.

É de referir que grande parte das medidas transversais, ainda que já implementadas, estão sujeitas a constante desenvolvimento e melhoria.

Pormenorizando as estratégias de mitigação para cada tipo de risco, estas podem ser divididas em medidas implementadas e por implementa

ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS: RISCOS NATURAIS, TECNOLÓGICOS E MISTOS	<p style="text-align: center;">MEDIDAS IMPLEMENTADAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões de planeamento local de emergência com as juntas de freguesia; - Ações de sensibilização direcionadas às juntas de freguesia e às forças vivas locais no âmbito da colaboração em situação de acidente grave ou catástrofe; - Elaboração de Planos de Intervenção Local; - Colaboração na criação da Unidade Local de Proteção Civil dos Biscoitos; - Atualização dos meios/recursos locais e contactos; - Reuniões com a CMPCPV no âmbito da revisão e ativação do PMEPCPV; - Participação na reunião do Conselho Municipal de Segurança; - Reunião com a Associação de Radioamadores da Praia da Vitória no âmbito das comunicações de emergência; - Participação nos testes mensais de comunicações no âmbito da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da RAA; - Curso de Planeamento e Gestão de Emergência da Proteção Civil na Praia da Vitória, organizado pelo SRPCBA e com a participação da CMPCPV; - Participação no III Workshop Hydrovolcanic com a comunicação científica: Assesment of Runoff Susceptibility in Volcanic Islands. Application to the Municipality of Praia da Vitória (Ourique <i>et al.</i>, 2017); - Atividades desenvolvidas no Dia Mundial da Proteção Civil direcionadas às crianças do concelho; - Instituição do Dia Municipal do Bombeiro da Praia da Vitória; - Projeto pedagógico implementado nas escolas do concelho denominado Prevenção na Escola, em parceria com os BVPV; - Ações de sensibilização sobre medidas de autoproteção face aos riscos naturais direcionados aos centros de convívio do concelho, organizado pelo SRPCBA em parceria com o SMPCPV; - Colaboração no projeto HIDRALERTA, do LNEC, sobre a modelação da previsão do risco de galgamentos costeiros na baía da Praia da Vitória; - Georreferenciação dos sumidouros da CMPV e integração de um programa de manutenção periódica; - Colaboração na fiscalização das linhas de água que confluam em ribeiras, de forma a proceder à sua manutenção; - Obras de intervenção em ribeiras; - Formação direcionada aos colaboradores do SMPCPV na área de Utilização de Extintores e de Suporte Básico de Vida, organizado pelo CEFAPA; - Participação no Exercício TOURO com a finalidade de testar os planos municipais de emergência de proteção civil; - Participação nos exercícios internos do Terminal de Combustíveis da Praia da Vitória com a finalidade de acompanhar as medidas de prevenção no âmbito dos acidentes industriais graves, em formato LivEx; - Exercícios, em formato TTX, direcionado ao grupo de trabalho do SMPCPV; - Exercício de resposta a um derrame de combustível no South Tank Farm, em formato TTX e em LivEx; - Exercício de resposta a uma emergência na Marina da Praia da Vitória, em formato LivEx; - Exercício, em formato LivEx, com o cenário acidente grave numa aeronave no âmbito da certificação para uso civil do Aeroporto das Lajes; - Participação nos exercícios, anuais, A TERRA TREME; - Apreciação das Medidas de Autoproteção dos edifícios classificados na 1.ª categoria de risco de incêndio, exceto se integrado na Utilização-Tipo IV «Escolares» e V «Hospitalares e Lares de Idosos»; - Fiscalização do cumprimento das medidas de segurança contra incêndios nos edifícios/recintos no âmbito das competências próprias do SMPCPV, após as operações urbanísticas; - Colaboração na elaboração das Medidas de Autoproteção dos edifícios escolares e municipais; - Participação em simulacros nas escolas e em edifícios municipais; - Ações de sensibilização durante as Festas da Praia e em outros eventos municipais no âmbito da segurança contra incêndios; - Campanha de informação pública sobre as medidas de higiene adotar no âmbito do surto epidémico COVID-19, junto das escolas, das juntas de freguesia, dos edifícios municipais e da população do concelho. - Elaboração de Planos de Contingência para os edifícios municipais e recintos desportivos no concelho; - Monitorização, periódica, dos aquíferos e da qualidade de água da Praia da Vitória, pela Praia Ambiente E.M. com a colaboração do LNEC, entre outras entidades competentes; - Encerramento do furo 2 no Juncal (contaminado) e obra de adução e abastecimento de água a Santa Rita/Juncal; - Descontaminação de terras no Cabrito; - Integração no PDM de elementos vulneráveis e novos riscos mapeados pelo SMPCPV; - Participação no Plano Gestão de Riscos de Inundações da RAA com a georreferenciação de elementos vulneráveis na Ribeira da Agualva; - Criação de geoportal municipal na vertente de proteção civil e de apoio aos Agentes de Proteção Civil; - Elaboração de comunicados à população face à iminência da ocorrência de perigos. 	<p style="text-align: center;">MEDIDAS A IMPLEMENTAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Revisão do PMEPCPV, após 5 anos de vigência, exceto se disposto em legislação específica ou identificados novos riscos, com destaque para o PEEExt do TCPV procedimentos prévios de intervenção, medidas apresentadas na Reunião do Conselho Municipal de Segurança e lições aprendidas em exercícios e anteriores ativações do instrumento; - Exercício teste ao PMEPCPV, com periodicidade máxima de 2 em 2 anos, considerando vários riscos coletivos; - Reuniões de planeamento de emergência com as juntas de freguesia, com a CMPCPV e com outros organismos e entidades de apoio previsto no PMEPCPV; - Atualização e mapeamento das vulnerabilidades presentes no concelho, bem como de novos riscos e integração no PDM; - Atualização dos Planos de Intervenção Local; - Recertificação de ações de sensibilização e de formação, quer à população, quer às entidades intervenientes no PMEPCPV; - Desenvolvimento de atividades que visam o reforço da cooperação entre o SMPCPV e a Unidade Local de Proteção Civil dos Biscoitos; - Colaborar na criação de Unidades Locais nas restantes freguesias; - Atualização, anual, dos meios/recursos locais e contactos; - Planeamento de exercício de comunicações no concelho em parceria com a Associação de Radioamadores da Praia da Vitória; - Exercícios regulares à Rede Privativa Municipal de Radiocomunicações, após conclusão da sua instalação; - Manutenção do rádio de comunicações integrado na Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência da RAA; - Comemoração anual do Dia Mundial da Proteção Civil; - Celebração, anual, do Dia Municipal do Bombeiro da Praia da Vitória, como forma de homenagear o trabalho desenvolvido pela corporação em prol da população praiense e em particular no socorro, bem como na emergência pré-hospitalar; - Atualização e mapeamento dos novos sumidouros construídos no âmbito do apoio às ações de manutenção; - Colaboração nas fiscalizações periódicas às linhas de água que confluam em ribeiras e inventariação de situações anómalas, a fim de reportar às entidades competentes; - Planeamento de simulacros no âmbito do regime jurídicos de segurança contra incêndios nos edifícios/recintos municipais; - Participação nos simulacros que visam testar os Planos de Emergência Internos de entidades que desenvolvam atividades que possam desencadear a ocorrência de riscos tecnológicos considerados no PMEPCPV; - Exercícios de treino no âmbito da articulação da resposta do SMPCPV; - Análise das Medidas de Autoproteção e fiscalização, de acordo com as competências próprias do SMPCPV, após as operações urbanísticas; - Promover ações de informação no concelho sobre a necessidade da implementação das Medidas de Autoproteção, em cumprimento com o regime jurídico de segurança contra incêndios; - Promover informação pública sobre os riscos a que a população está sujeita e sobre as medidas de autoproteção a adotar, com recurso a material pedagógico e ao site do SMPCPV; - Divulgar boas práticas no domínio da resiliência; - Monitorização, periódica, dos aquíferos e da qualidade de água da Praia da Vitória, pela Praia Ambiente E.M. com a colaboração do LNEC, entre outras entidades competentes; - Atualização do geoportal municipal; - Implementar medidas propostas em instrumentos de planeamento e ordenamento do território de índole nacional, regional e municipal, com aplicação direta ou indireta no concelho; - Aplicar e cumprir as disposições impostas no PDM da Praia da Vitória; - Aplicar diretivas internacionais, legislação nacional, regulamentos municipais e Normas Técnicas sobre medidas e ações a implementar para minimizar efeitos decorrentes de riscos coletivos; - Difundir níveis de notificação/prontidão ao grupo municipal do SMPCPV, à CMPCPV e a outras entidades, sempre que se justifique; - Aplicar o modelo do evento A Terra Treme a todas as escolas e creches do concelho, considerando, numa primeira fase, a sensibilização sobre as medidas de autoproteção em caso de sismo e, posteriormente, o treino de resposta no espaço escolar (exercício), nomeadamente com a participação das valências das equipas policiais.
<p>Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil da Praia da Vitória</p>		

ANEXO III

CHECK-LIST DE PROCEDIMENTOS





CHECK-LIST DE PROCEDIMENTOS – NOTIFICAÇÃO OPERACIONAL

Check-List N.º:	_____ / _____		
Data:	_____ / _____	Hora:	_____ : _____
Entidade/Responsável:	_____		
Tipo de Ocorrência:	_____		

PROCEDIMENTOS PARA ATIVAÇÃO DO PMEPCPV

N.º	AÇÕES	EXECUTADO		
		SIM/NÃO	MEIOS UTILIZADOS (PÁG. 73)	OBS.
1	Declarar Situação de Alerta de âmbito municipal pelo Presidente da CMPV.			
2	Ativar o PMEPCPV pelo Presidente da CM (ouvindo, sempre que possível, a CMPCPV, conforme critérios de ativação).			
3	Notificar o Vereador com competência delegada.			
4	Notificar o Coordenador Municipal de Prot. Civil.			
5	Notificar SRPCBA sobre a declaração do Estado de Alerta e a ativação do PMEPCVP.			
6	Ativar a sala de reunião da CMPCPV.			
7	Convocar os membros da CMPCPV.			
8	Ativar o estado de prontidão de todos os APC e OEA.			
9	Ativar as Áreas de Intervenção necessárias à ocorrência.			
10	Divulgar a declaração de Situação de Alerta e a ativação do PMEPCPV junto de todo o grupo do SMPCPV.			
11	Divulgar a declaração de Situação de Alerta e a ativação do PMEPCPV junto das JF.			
12	Divulgar a declaração de Situação de Alerta e a ativação do PMEPCPV junto dos OEA previstos no PMEPCPV.			
13	Divulgar a declaração de Situação de Alerta e a ativação do PMEPCPV (despacho), bem como difundir medidas de autoproteção à população através dos OCS			
14	Realizar pontos de situação periódicos com os OCS.			
15	Emitir avisos e comunicados à população, sempre que necessário (site da CMPV, redes sociais e OCS).			
16	Realizar pontos de situação periódicos com o SRPCBA.			
17	Publicar, eventual, prorrogação do Estado de Alerta.			

OUTROS PROCEDIMENTOS:

--



PROCEDIMENTOS PARA A DESATIVAÇÃO DO PMEPCVP				
N.º	AÇÕES	EXECUTADO		
		SIM/NÃO	MEIOS UTILIZADOS (PÁG. 73)	OBS.
1	Decidir a desativação do PMEPCVP junto da CMPCPV			
2	Notificar o SRPCBA sobre a desativação do PMEPCVP.			
3	Desativar as Áreas de Intervenção empenhadas na ocorrência.			
4	Desmobilizar o dispositivo operacional dos APC e OEA.			
5	Divulgar a desativação do PMEPCVP (site da CMPV, redes sociais e OCS).			
OUTROS PROCEDIMENTOS:				